

155 anos da chacina no Kamba'Race

» SIONEI RICARDO LEÃO
Jornalista, membro da Comissão de Jornalistas
pela Igualdade Racial (Cojira-DF)

Há 155 anos, numa clareira situada na área rural do município de Jardim, em Mato Grosso do Sul, ocorreu uma chacina de soldados brasileiros durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). O local é conhecido como Kamba'Race — que, em guarani, em tradução livre, significa choro, gemido ou lamento de negro. O episódio aconteceu em 24 de maio de 1867, quando o coronel brasileiro Carlos Alberto Camisão reuniu os mais importantes oficiais da coluna para decidir sobre a situação dos soldados infectados com cólera. Nesse momento da campanha, a tropa brasileira vinha recuando de volta ao território brasileiro após terem marchado até a Fazenda Laguna, no Paraguai.

Os inimigos fustigavam a tropa com escaramuças, ateavam fogo na região por onde os brasileiros pretendiam percorrer e usavam de outras artimanhas para aumentar o martírio da coluna. A tropa malnutrida e com moral baixo àquela altura contava, aproximadamente, 700 homens. Parte significativa se ocupava em transportar os coléricos em macas. Os soldados, naquele mês de maio, demonstravam fadiga e rebeldia pelo fardo de carregar os adoentados.

Por todos esses motivos, a ordem do coronel Camisão foi transportar e abandonar os doentes na outra margem do Rio da Prata. Junto deles, foi fixada uma placa de madeira com a inscrição “Compaixão para com os coléricos”. A intenção era sensibilizar as forças paraguaias que vinham no encalço. A cavalaria inimiga não se sensibilizou. Os moribundos foram mortos a golpes de lança e ao

fio da espada. Na clareira do Kamba'Race, segundo moradores de Jardim, é possível ouvir os gemidos dos homens que ali foram sacrificados. Por isso, tornou-se comum na região divulgar que a clareira é mal-assombrada.

O nome dado ao lugar serve de evidência à participação de afrodescendentes brasileiros na Guerra do Paraguai. Existem evidências de que a proporção nas tropas brasileiras era de um branco para 45 negros. São muitas as referências sobre essa massiva participação no Exército Imperial. Estudiosos divergem quanto à proporção entre negros livres e escravizados que lutaram pelo Brasil naquele conflito. Portanto, é pertinente considerar que os 135 adoentados eram negros na grande maioria, cuja morte explica a construção do mito de Kamba'Race.

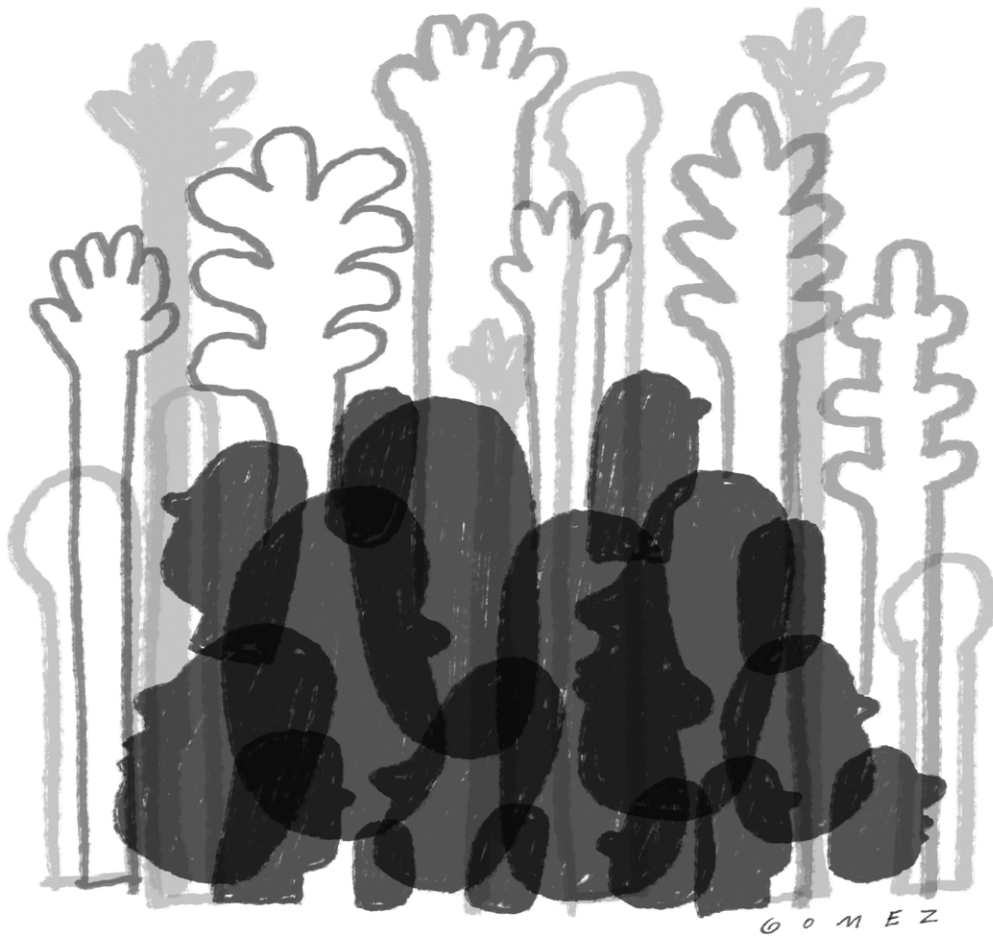
Fonte importante sobre a invasão de Mato Grosso pelo Paraguai, árduo episódio da história militar brasileira, é o livro *A Retirada da Laguna*. O autor, Alfredo d'Escagnolle Taunay (Visconde de Taunay) participou da coluna como jovem tenente. Não fosse o relato dele, esse momento da história nacional seria ainda menos conhecido.

O acervo do arquivo público de Mato Grosso contém a trajetória improvável e simbólica de um dos integrantes dessa coluna, um escravizado de nome Pedro Pardo, que fugiu do cativeiro para alistar-se no Exército e atuar no esforço para expulsar os paraguaios do território brasileiro. Pedro Pardo ou Francisco Antônio Martins foi um dos heróis da Retirada da Laguna. No entanto, sua “proprietária”, dona Escolástica Maria de Jesus,

ao tomar conhecimento da história, exigiu perante as autoridades da Província de Mato Grosso que o escravizado lhe fosse devolvido, o que de fato ocorreu. Pedro Pardo, apesar do suor, sangue e lágrimas vertidos pelo Império, retornou à condição de escravizado. É curioso pensar que ele tenha feito jus a condecorações e as tenha recebido enquanto voltava aos grilhões da vida de escravizado.

Tomei conhecimento do Kamba'Race quando servia como terceiro-sargento no 18º Batalhão Logístico em Campo Grande. O relato me impressionou. O que seria a princípio uma pesquisa de pós-graduação do curso de Política e Estratégia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em parceria com a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg), ganhou outra dimensão. Pouco depois, adaptei o conteúdo a um documentário que foi laureado pela Fundação Cultural Palmares, em 2005. Ano passado, tive a grata oportunidade de lançar o livro *Kamba'Race* pela editora da Fundação Cultural Astrojildo Pereira. Além do tema da Guerra do Paraguai, nele divulgo pesquisa inédita com as trajetórias de 11 generais afro-brasileiros.

O livro vem tendo boa repercussão em vários jornais da grande imprensa. Foi também possível promover lives, entrevistas e palestras a respeito. O objetivo dessa pesquisa foi reconhecer e popularizar o heroísmo, sacrifício e compromisso da população negra com a defesa do território nacional e a contribuição à formação do Exército Brasileiro em vários momentos da história da nação.



Monsieur Pap Ndiaye

» JOSÉ HORTA MANZANO
Empresário e blogueiro

O semipresidencialismo imposto pela Constituição francesa criou um país bicéfalo, em que um presidente (chefe do Estado) convive com um primeiro-ministro (chefe do Executivo). Em teoria, o poder de cada um é equivalente, embora distinto. Na prática, o do presidente é muito maior do que “as quatro linhas da Constituição” lhe atribuem — parodiando expressão em voga em nossas altas esferas. Seu poder é diretamente proporcional à força de sua maioria no Parlamento.

Uma vez reeleito o presidente, a tradição manda que a totalidade dos ministros, incluindo o primeiro-ministro, peçam demissão do cargo. O presidente nomeia, então, novo primeiro-ministro, e a maioria dos ministros é substituída por caras novas. Foi o que aconteceu esses dias. Entre os estreantes, surgiu um nome vindo da sociedade civil, um cidadão que nunca havia ocupado cargo político. Trata-se de Monsieur Pap Ndiaye, novo titular do Ministério da Educação Nacional.

Sua nomeação provocou uma onda de choque que balançou as estruturas do país. Todos ficaram surpresos, muitos protestaram, alguns se indignaram. Percebe-se até uma não disfarçada revolta proveniente das bordas do espectro político. Faz uma semana que analistas políticos não param de discutir a nomeação. Vamos ver por que razão.

Monsieur Ndiaye é um intelectual brilhante. Seu currículo é de dar inveja a muita gente

fina. Ele é diplomado em história pela Escola Normal Superior, o nec plus ultra do ensino universitário nacional. É titular de um doutorado obtido na Escola de Estudos Superiores de Ciências Sociais, onde é palestrante especialista em história dos Estados Unidos e em temas ligados às minorias. É diretor do Museu da História da Imigração. Além disso, seu currículo inclui cinco anos de estudos na Universidade da Virgínia (EUA), onde preparou sua tese de história. É ainda autor de meia dúzia de livros, entre os quais *Obama na América Negra*.

Ninguém contesta a bagagem cultural do novo ministro nem sua capacidade para assumir a elevada função. A grita que se levanta vem de círculos ultraconservadores (mas não só deles). O problema maior é o seguinte: Monsieur Ndiaye é negro. Sua mãe é francesa e branca, enquanto seu pai é senegalês e negro. O novo ministro nasceu em família atípica. Além de resultar de miscigenação pouco habitual no país, seu pai foi o primeiro negro africano diplomado pela Escola Nacional de Engenharia da França, uma façanha. O ministro se autodefine como “um puro produto da meritocracia republicana”.

Já faz 40 anos, desde o governo Mitterrand, que a França se habituou a conviver com ministros não brancos. Já houve ministros da Integração e dos Direitos Humanos negros. Madame Taubira, negra originária da Guiana Francesa, foi titular do cobiçadíssimo

Ministério da Justiça durante quatro anos. Nenhum desses personagens foi objeto de rejeição explícita. Por que razão a nomeação do novo ministro da Educação enfrenta uma onda de repúdio tão forte? É que o ultradiplomado ministro possui duas características incompatíveis aos olhos de muita gente: é negro e pensa, o que é imperdoável. Se tivesse sido nomeado somente para dar um verniz de diversidade ao conjunto de ministros e acrescentar um pingo de cor à foto de grupo, ninguém reclamaria. Mas o homem pensa, e todos sabem disso. Um negro que pensa — e que vai cuidar da Educação Nacional — assusta.

Monsieur Ndiaye é conhecido e respeitado nos círculos universitários. Todos conhecem seus trabalhos e seu posicionamento em defesa dos imigrantes e das minorias. Uma vista d'olhos ao título de seus livros dá uma ideia: *Os negros americanos: da escravidão a Black Lives Matter*, *A condição negra: ensaio sobre uma minoria francesa*, *Os negros americanos: a caminho da igualdade*.

Os que o rejeitam, provavelmente, nunca leram suas obras. Pouco importa. Um negro dotado de ideias próprias aceitar comandar o Ministério da Educação lhes parece de uma petulância insuportável. No Brasil, essa polêmica parece um exagero, coisa de gringo. Mas há que tomar cuidado. A persistir a palavra de ordem do “nós x eles”, instaurada pelo lulopetismo e insuflada pelo bolsorismo, em pouco tempo estaremos como a França.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Fingindo-se de morta para sobreviver

Credibilidade é todo o capital que uma instituição necessita, tanto para exercer com eficiência seu mister, quanto para ganhar a confiança e a aprovação daqueles que buscam seus serviços. Sem essa qualidade, nada pode ser levado adiante. No caso das instituições públicas, essa é uma virtude fundamental, que, uma vez perdida, dificilmente pode ser recuperada.

O problema com a perda de credibilidade de algumas ou de boa parte das instituições do Estado é que isso não fica restrito apenas no âmbito da avaliação da sociedade, sendo que seus efeitos deletérios acabam se estendendo e ganhando terreno, contaminando toda a máquina pública, prejudicando o cidadão e, por tabela, gerando crises que, de uma forma ou de outra, acabam afetando a qualidade da própria democracia.

Por essa visão fica explícito que democracia e credibilidade são irmãs siamesas. Onde uma está, está também a outra. No caso do Brasil, em particular, esse é talvez um dos maiores problemas a afetar a qualidade do nosso almejado regime político. A população, em geral, não deposita confiança nos homens públicos e na maioria dos que estão à frente das instituições em nosso país. Pesquisas de opinião diversas comprovam a perda de confiança da população não apenas com relação as instituições, mas com relação também aos três Poderes da República.

No ano passado, segundo pesquisa realizada pelo Datafolha, cerca de 50% dos entrevistados diziam não confiar no desempenho da Presidência da República. A mesma baixíssima avaliação era apontada com relação ao Legislativo e ao Judiciário. Até mesmo o Ministério Público entrou nessa lista, considerado como instituição que goza de pouca ou quase nenhuma confiança por parte dos brasileiros.

Reparem aqui que confiança e credibilidade são sinônimos diretos, sendo que a perda de um ou de outro traz prejuízos incalculáveis para a população, afetando, de modo drástico, a vida de todos, criando um fosso irreparável entre a nação, a quem, segundo o artigo 1º da Constituição, “todo poder emana”, e o establishment. É na perda de credibilidade das instituições que está o nascedouro das desigualdades, do qual somos campeões mundiais. “O país real, esse é bom, revela os melhores instintos; mas o país oficial, esse é caricato e burlesco”, já afirmava o escritor Machado de Assis, em 1861.

De lá para cá, e no sentido contrário do que induz a evolução e o progresso, esse modelo perverso ganhou ainda mais ímpeto e maiores proporções, ao ponto de hoje estarmos diante de uma situação anômala em que a população se vê forçada a trabalhar, de modo compulsório, para sustentar todo esse edifício em ruínas e sem credibilidade, recebendo em troca as migalhas que caem das mesas fartas.

Não causa espanto que todas as pesquisas de opinião pública acabam por apontar os partidos políticos com os maiores índices de desconfiança ou credibilidade. Em 2021, ainda segundo o Datafolha, 61% dos ouvidos disseram não confiar nas legendas. O Congresso Nacional é visto com descrédito por 49% da população. O Judiciário alcançou, em 2021, 31% de desconfiança dos brasileiros. Melhor avaliação ficou com as Forças Armadas, que conta com 76% de confiança por parte da população. A questão aqui é saber que nação pode almejar algum futuro ou melhora nos índices de desenvolvimento humano quando seus cidadãos torcem o nariz para suas instituições, porque reconhecem a pouca credibilidade que possuem?

Essa perda paulatina de credibilidade interna provoca estragos também fora do país, forçando o Brasil a ir se afastando de outras nações desenvolvidas do planeta. Sobretudo, no quesito combate à corrupção. A impunidade, que a população reconhece que vigora para as elites, juntamente com os mecanismos que tornam a classe dirigente cega aos rigores da lei, tem sido um fator a catalisar fortemente a desconfiança da população em suas instituições.

Os ricos e poderosos estão não apenas imunes às leis, como recebem proteção e prioridades nas altas Cortes. Há quase mil dias, repousa nos labirintos infinitos do Congresso o projeto de condenação já em segunda instância, o que coloca nosso país numa posição sui generis perante os 194 países que fazem parte da ONU. Aproveitando essa brecha, que veio a calhar, o Supremo tem livrado da cadeia os maiores corruptos desse país, gente que desviou bilhões de reais e, nem por isso, perdeu seus direitos políticos.

São benefícios a atingir apenas os poderosos, que podem, com o dinheiro que roubaram, pagar os mais caros escritórios de advocacia deste país. O desmanche da Operação Lava-Jato e a colocação de ex-presidiário para disputar o mais alto cargo da administração pública falam por si e traduzem o trabalho hercúleo que as altas Cortes vêm fazendo para tornar a corrupção nas altas esferas crimes eleitorais, de menor importância.

Leis como a Ficha Limpa, que a população chegou a acreditar um dia, que teria vindo para impedir que verdadeiros delinquentes ocupassem cargos públicos, foram estraçalhadas, o mesmo acontecendo com a Lei de Improbidade Administrativa. Na percepção da população, há todo um arcabouço meticulosamente engendrado para que os três Poderes mantenham o status quo de intocáveis, fora do alcance, inclusive, da própria Constituição. É o Brasil oficial ou perniciosamente oficioso e que medra como erva daninha dilapidando o Brasil por dentro. O mais espantoso em todo esse processo de dilaceração do Estado é que, nesses últimos cinco séculos, a população vem conseguido sobreviver, aos trancos e barrancos, mesmo a despeito de suas instituições e apesar delas e de suas tiranias.

Não surpreende sermos considerados uma nação ímpar, que há séculos vive num autêntico sistema anárquico de governo. De fato, o povo não confia, mas também não aposta um níquel furado em suas instituições, preferindo viver à parte, porque sabe que essa é a melhor receita para sobreviver num país desigual e injusto. A fórmula é simples: fingir-se de morta.

» A frase que foi pronunciada

“Quando estamos fora, o Brasil dói na alma; quando estamos dentro, dói na pele.”

Stanislaw Ponte Preta

» História de Brasília

Para que depois ninguém venha por a culpa em ninguém, o aumento foi autorizado pelo Conselho Nacional do Petróleo, que cedeu, assim, à pressão do Sindicato dos Distribuidores de Gás Engarrafado no Brasil. (Publicada em 01.03.1962)